



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

AUTORIZAÇÃO DE PROSSEGUIMENTO DA CONTRATAÇÃO

Campinas, (data e hora na assinatura digital).

Ante as informações técnicas prestadas pela Coordenadoria de Licitações e Contratações Diretas no documento nº , e em conformidade com a subdelegação de competências a mim atribuída pela Portaria DG nº 01/2018, de 13/12/2018, alterada pela Portaria DG nº 01/2023, de 27/02/2023, APROVO, nos termos da Resolução CSJT nº 364/2023, o Termo de Referência, acompanhado da pesquisa de mercado, bem como AUTORIZO o prosseguimento da contratação direta abaixo:

Proad nº 6808/2026
Credor: MARISA CLAUDIA GONÇALVES CUCIO
CPF: ***.243.708-**

Requisitante: Escola Judicial
Objeto: Contratação do módulo “Acolhimento e escuta qualificada no atendimento à população em situação de rua”, integrante do minicurso “Quando os direitos não chegam: população em situação de rua e o acesso à Justiça”, a ser realizado por MARISA CLAUDIA GONÇALVES CUCIO, no dia 27/04/2026, no formato telepresencial via Google Meet, destinado a magistrados(as) coordenadores(as) de Secretarias Conjuntas, servidores(as) da Divisão de Atendimento e agentes da Polícia Judicial, sendo o pagamento efetuado conforme o Ato Regulamentar GP-EJ nº 01/2019.

<i>Item</i>	<i>Descrição</i>	<i>Qtde.</i>	<i>Valor unitário</i>	<i>Valor total</i>
-------------	------------------	--------------	-----------------------	--------------------

1	Contratação do módulo “Acolhimento e escuta qualificada no atendimento à população em situação de rua”, integrante do minicurso “Quando os direitos não chegam: população em situação de rua e o acesso à Justiça”, a ser realizado por MARISA CLAUDIA GONÇALVES CUCIO, no dia 27/04/2026, no formato telepresencial via Google Meet, destinado a magistrados(as) coordenadores(as) de Secretarias Conjuntas, servidores(as) da Divisão de Atendimento e agentes da Polícia Judicial, sendo o pagamento efetuado conforme o Ato Regulamentar GP-EJ nº 01/2019.	1	540,00	540,00
Total do empenho (R\$):				540,00
Dotação orçamentária da Escola Judicial - 50 % Capacitação de Magistrados e 50% Capacitação de Recursos Humanos.				
Para todos os efeitos legais, integram a presente contratação o inteiro teor do Termo de Referência, independentemente de transcrição.				
Lei Orçamentária: Lei nº 15.346, de 14 de Janeiro 2026.				
Enquadramento legal: Lei 14.133/ 2021, art. 74, inciso III, alínea “f”.				

Encaminhe-se à Coordenadoria de Planejamento e Procedimentos Administrativos.

Vera Lucia de Oliveira Ramires
Secretária de Licitações e Contratos Substituta

